

# PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 8 • 1992

DIRECTOR  
A. M. HESPANHA

REDACÇÃO

Ávaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCITE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLI); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLI); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretário da Redacção: João Carlos Cardoso

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História  
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: Estatueta do rei D. Afonso Henriques pertencente ao Museu Arqueológico do Carmo. Cortesia da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Foto de Vitor Branco/Campiso Rocha)

© EDIÇÕES COSMOS  
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos  
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Fotolitos: Joerma - Artes Gráficas, Lda  
Impressão: Litografia Amorim

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Outubro de 1992

Depósito Legal: 49152/91

ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa

Telefones: 342 20 50 • 346 82 01

Fax: (1) 796 97 13

# As Três Faces de Afonso Henriques

**José Mattoso**

F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa

A reacção da historiografia científica aos mitos colectivos com maior impacto na construção da identidade nacional tem sido, em Portugal, um tanto curiosa. No passado medieval não havia dúvida nenhuma: o historiador era também um construtor de mitos, quer eles favorecessem a monarquia quer favorecessem as linhagens ou os conventos e santuários. A História era a elaboração de narrativas memoráveis e só o que contribuía para vencer a morte, para assegurar a continuidade das colectividades, apesar do desaparecimento individual de cada um dos seus membros e dos seus chefes, merecia a pena ser lembrado. Ora, a crença na continuidade exprimiava-se fundamentalmente pelo relato da protecção divina patente nos milagres e vitórias contra os inimigos e pela sucessão ininterrupta dos chefes.

## A Persistência dos Mitos

O triunfo da racionalidade moderna demorou séculos a alterar esta função da História, sobretudo quando se tratava da História nacional. Substituiu-se por outros conceitos equivalentes o de protecção divina; a importância concedida à demonstração da sucessão e da sua legitimidade continuou a ser uma das preocupações maiores dos historiadores da nacionalidade. Este fenómeno não se encontra só em Portugal mas teve aqui manifestações singularmente duradouras. À protecção divina sucedeu a ideia de uma quase sobrenatural permanência do «espírito nacional» (*Volksgeist*) através de todas as vicissitudes do tempo, a indelével capacidade de vencer os inimigos ou de renascer da morte apesar de todas as derrotas, a inesgotável proliferação dos heróis capazes de dar a vida pela pátria, o incessante renascimento dos chefes adequados ao momento histórico ou mesmo genialmente capazes de conduzir a nação a admiráveis sucessos. Ao propor o ideal da heroicidade a todos os cidadãos, pelo simples facto de a narrar como história do povo lusitana, a épica quinhentista veio em socorro dos historiadores da nação e marcou indelevelmente cronistas e memorialistas portugueses até aos nossos dias. De uma forma ou de outra, obcecou românticos e liberais, a geração de 70 e os integralistas, os republicanos e os nacionalistas. A grande missão dos historiadores foi, para eles, sucessivamente, ensinar a preservar o «espírito nacional» presente nas instituições municipais, fazer ressurgir a pátria da decadência em que havia caído, depois da epopeia marítima, ajudar a

recuperar as boas tradições nacionais esquecendo as contaminações estrangeiradas de ideais corrompidos e corruptores, ou, pelo contrário, difundir o espírito do progresso para Portugal ser digno do seu passado. E, todavia, todos os historiadores modernos se consideraram, em Portugal, movidos pela racionalidade e descrentes do mitos. Inconscientemente, punham a ciência ao serviço do mito.

De facto, desde o século XVI que nenhum historiador europeu aceitaria a acusação de acreditar em mitos, por mais respeitáveis que eles fossem. Os eruditos do século XVIII criaram as primeiras regras do uso das ciências auxiliares para distinguirem os documentos «autênticos» dos «falsos» e para datarem correctamente os acontecimentos numa sequência temporal neutra, e os positivistas no século XIX, elaboraram as regras da crítica histórica para separarem as informações verídicas das erróneas, para reconstituírem os originais perdidos dos textos deturpados. Todos eles julgavam saber distinguir os mitos da realidade. Os seus métodos penetraram também a seu tempo em Portugal. Mas a dificuldade de distinguir a História da Epopeia continua até hoje. Foi preciso uma profunda alteração política para que a História propriamente dita fosse possível nas universidades, mas parece ser ainda difícil fazê-la penetrar nos discursos políticos, na imprensa e na vida pública. O mito insinua-se constantemente nas comemorações de factos gloriosos do passado e seduz poderosamente as comissões encarregadas de as promoverem. Reveste-se, então, das cores sedutoras de «busca da identidade nacional».

É verdade que os nossos historiadores proclamaram como ideal reconstituir o passado *real*, desmascarando o que pudesse haver de imaginário nas interpretações dos seus predecessores. Mas a inconsciente ou deliberada tendência para colocar a História ao serviço da causa nacional levou-os com a maior frequência a esquecer que a narrativa do passado, como a história de um ente existente *de per si* — a nação —, ocultava, sobretudo no passado longínquo, os discursos contraditórios de que essa mesma narrativa havia, muitas vezes, nascido.

Tomada, portanto, como história de um ente com vida própria, não podia deixar de se atribuir uma atenção privilegiada ao momento da *fundação* e à personalidade do *fundador*. É no seu tratamento que melhor se revelam as concepções dos historiadores, aquelas que verdadeiramente os conduzem na interpretação dos documentos e do passado. De facto, o tratamento da figura de Afonso Henriques produziu em Portugal os mais curiosos resultados desde que a crítica histórica penetrou entre nós. Inconscientemente, mesmo os historiadores que professavam um racionalismo militante se empenhavam na tentativa de dotar alguns dos grandes mitos nacionais de uma efectiva consistência histórica. Tornar o *imaginário* não só verosímil mas também *real*, pelos métodos seguros, científicos, escrupulosos, do positivismo e da erudição mais exigentes — eis o grande empenhamento, o persistente esforço de muitos dos nossos mais veneráveis historiadores nacionais, desde a época romântica até aos que ensinaram nas academias e universidades nos anos 40 a 60, e cujos propósitos foram seguidos por não poucos vulgarizadores de efectivo mérito científico até aos dias de hoje. Uma das suas figuras predilectas foi, naturalmente,

a do fundador da nacionalidade. Bastará apresentar algumas citações para o verificar facilmente.

Herculano, que sofreu uma terrível perseguição por ter ousado pôr em dúvida o milagre de Ourique, e que obviamente rejeitava uma intervenção directa do sobrenatural na vida política, nem por isso deixou de escrever, a propósito de Afonso Henriques:

Seguindo as fases deste longo reinado, e julgando parcialmente as acções do homem que a providência pôs à frente da nação para a guiar nos primeiros anos da sua existência, conhece-se que o pensamento de firmar a independência portuguesa subjugava no espírito do príncipe outras quaisquer considerações, ainda, talvez, com ofensa de algumas que deveriam ser respeitadas. É realmente àquela ideia que vão ligar-se muitos actos de Afonso Henriques, os quais, avaliados separadamente, dariam o direito a acusá-lo de pouca fé e de ambição desmedida [...] Mas se as ligarmos ao pensamento a que o rei de Portugal se votara e que, por assim nos exprimirmos, ele encarnara em si, quem não desculpará tais acções? [...] Visto, porém, o quadro à conveniente luz, as manchas que, aliás, assombrariam o altivo e nobre vulto do nosso primeiro rei quase desaparecem, e a simpatia que em todos os séculos a gente portuguesa mostrou pela memória do filho do conde Henrique torna-se respeitável, porque tem as raízes num afecto dos que mais raros são de encontrar nos povos — a gratidão para com aqueles a quem muito deveram. Este afecto nacional chegou a atribuir a Afonso Henriques a auréola dos santos e a pretender que Roma desse ao fero conquistador a coroa que pertence à resignação do mártir. Se uma crença de paz e de humildade não consente que Roma lhe conceda essa coroa, outra religião também veneranda, a da pátria, nos ensina que ao passarmos pelo pálido e carcomido portal da Igreja de Santa Cruz, vamos saudar as cinzas daquele homem, sem o qual não existiria hoje a nação portuguesa e, porventura, nem sequer o nome de Portugal<sup>1</sup>.

Trata-se de um passo extremamente revelador dos critérios que aqui estão em jogo e de facto conduzem o pensamento de Herculano na maneira como imaginava o nosso primeiro rei. Para ele, a função de fundador era um *facto histórico*. Consequentemente, Afonso Henriques só podia ser um herói e a erudição devia aplicar-se a mostrar que o foi na realidade. Foi o que Herculano fez, com um empenho que compensava, talvez, inconscientemente, a negação do milagre de Ourique.

Entre os historiadores nacionalistas dos anos 40 bastará citar Luís Gonzaga de Azevedo, que toda a vida acumulou documentos e argumentos para rebater Herculano:

---

<sup>1</sup> Alexandre Herculano, *História de Portugal* (ed. J. Mattoso), I, Lisboa, Bertrand, 1980, pp. 599-601.

Afonso Henriques, além de guerreiro audacioso e tenaz, foi habilíssimo político, e bem o mostrou, reunindo em torno da ideia da independência nacional, que ele representava, todas as classes sociais dos seus estados diminutos — clero, nobreza e povo. De tal modo se houve com elas que todos se prestavam, aparentemente, e ao menos em geral, sem queixas e contentes, aos sacrifícios incessantes da fazenda e sangue que deles exigia, para que esse ideal, que ele incarnara, passasse da região dos sonhos e das quimeras para a das realidades sociais subsistentes. A obra realizada por Afonso Henriques, com tão poucos elementos, tendo contra si adversários e inimigos tão poderosos, pressupõe tal constância e agilidade, tal soma de trabalho material e intelectual despendido sob mil formas, arte tão requintada de cativar vontades e de alentar e reforçar corações, que só um homem de recursos mentais superiores a pudera levar a cabo<sup>2</sup>.

Palavras como estas, porém, não desapareceram com o fim do regime nacionalista e a implantação da democracia. O general Luís da Câmara Pina, presidente da Academia das Ciências, dizia em 1977, numa comunicação à Academia Portuguesa de História, acerca da personalidade militar de Afonso Henriques, depois de um longo e minucioso estudo, aliás com observações interessantes acerca dos seus processos táticos:

Só um grande chefe militar como D. Afonso Henriques conseguiria criar no Portugal do século XII uma situação de coesão que pode resumir-se em três conceitos: unidade de sentimento, unidade intelectual, unidade de doutrina [...]. D. Afonso Henriques também revelou, em corpo inteiro, e com o sinal dos seus exércitos, a sua bravura e a sua força material, mas sempre as dominou pela força do seu espírito, sempre as guiou pela vontade e pela inteligência, não como um deus, mas, de facto, e em termos humanos, como o Grande Senhor da Guerra<sup>3</sup>.

Torquato de Sousa Soares, que desenvolveu uma persistente carreira de investigador norteado pelo propósito de esclarecer as origens da nacionalidade, e que procurou, portanto, dar um fundamento objectivo ao epíteto de «fundador» que a tradição atribui a Afonso Henriques, iniciava com as seguintes palavras uma conferência proferida em 1979 na Sociedade Histórica da Independência de Portugal:

Não é a férula guerreira que avulta no pensamento e na actividade do nosso primeiro monarca; nem foi seu timbre lutar indiscriminadamente com a única

---

<sup>2</sup> L. Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, IV, Lisboa, 1942, p. 160.

<sup>3</sup> L. da Câmara Pina, «Da personalidade militar de D. Afonso Henriques», in *Academia Portuguesa da História, Alexandre Herculano à luz do nosso tempo*, Lisboa, Academia da História, 1977, p. 314.

preocupação de ampliar o território nacional<sup>4</sup>. Realmente, o que na sua personalidade sobressai e o impõe aos vindouros é a craveira ímpar de político clarividente — diria, talvez melhor, de rei —, a quem cumpria visionar, na sua integralidade, todos os problemas de que, afinal, dependia a construção viável do Estado português — com problemas esses que não eram apenas, nem sequer principalmente, de ordem militar, apesar da extraordinária relevância destes ao longo de todo o seu reinado<sup>5</sup>.

E terminava a mesma conferência como se segue:

Depois de estudar este reinado com espírito isento, embora nem sempre justo, Herculano [...] presta a D. Afonso Henriques a derradeira homenagem, ao invocar a gratidão nacional que o aureola, fazendo dele o símbolo vivo da Pátria, que nos aponta o dever de a defendermos e prestigiarmos sempre, aonde flutue a sacrossanta bandeira das Quinas. E a voz de Herculano ecoa ainda no coração de todos os verdadeiros Portugueses<sup>6</sup>.

Dois anos antes, em 1977, Joaquim Veríssimo Serrão publicava o primeiro volume da sua difundida *História de Portugal* e escrevia, ao terminar a narrativa do reinado de Afonso Henriques:

Nada mais se pode acrescentar a tão marcante elogio, porque a obra responde pela sua actuação histórica. Bastaria verificar o mapa português em 1185 para reconhecer o esforço que o infante tornado rei soube despende no inicial travejamento da Pátria. A figura de D. Afonso Henriques tomou assim uma estatura colossal perante a história, como edificador de um Estado que fez da Reconquista Cristã a sua primeira vocação em busca da mais ampla autonomia política<sup>7</sup>.

Estes exemplos da maneira como é interpretada a personalidade do primeiro rei de Portugal tornam extremamente interessante ver como se formou em época mais próxima dos acontecimentos o imaginário colectivo acerca da sua personalidade e da sua função. Ao examinar, de maneira muito simples, os primeiros testemunhos acerca dele, não me anima, é claro, nenhum sentimento iconoclasta. Não

---

<sup>4</sup> O autor refere-se aqui implicitamente a Oliveira Martins, que de facto considerava Afonso Henriques sobretudo como um militar obcecado: *História de Portugal* (ed. Isabel de Faria e Albuquerque), Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, pp. 67-71, 89, etc.

<sup>5</sup> Torquato de Sousa Soares, «D. Afonso Henriques: o seu governo sob o ponto de vista político», separata da revista *Independência*, Lisboa, 1983, p. 3 (da separata).

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>7</sup> J. Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, I, Lisboa, Verbo, p. 107. Este passo segue-se a uma refutação expressa dos termos em que Oliveira Martins se refere a Afonso Henriques, que parecem ao autor não só indignos mas também falsos.

<sup>8</sup> Duarte Galvão, *Crónica d'el-rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.

me interessa sequer medir a estatura real de Afonso Henriques para saber se era ou não um génio, nem demonstrar cinicamente que esteve longe de ser um santo. Deixarei aos construtores e destrutores de mitos essa tarefa, e aos políticos o cuidado de averiguarem a vantagem ou desvantagem de manterem esta ou qualquer outra convicção colectiva, embora me pareça que os símbolos e mitos têm uma eficácia insubstituível, como representações mentais de vínculos invisíveis, e que a sua carga é tanto mais emotiva — e portanto tanto mais vinculadora — quanto maior é a coesão da colectividade que os cria, seja ou não artificial e voluntária a sua origem. Não compete, porém, ao historiador contribuir para a formação dos mitos e muito menos tentar dar-lhes uma aparência de realidade.

Independentemente, portanto, deste problema é curioso e instrutivo verificar que as ideias dos contemporâneos de Afonso Henriques acerca dele estavam longe de ser unânimes e que nem sempre os animava uma admiração incondicional; que as principais opiniões a tal respeito se mantiveram persistentemente nos grupos sociais que as criaram, permaneceram durante muitas gerações depois da sua morte e ainda corriam, embora sob formas evoluídas, durante os séculos XIV e XV. Só no século XVI se deixaram morrer ou se procuraram enterrar certas tradições que ficaram para sempre esquecidas em textos considerados, desde então, verdadeiramente bizarros, conhecidos apenas dos eruditos e mencionados por eles apenas para lhes colocarem o rótulo cómodo e desprestigiante de lendas absurdas, como se bastasse a sua antiguidade para se corromperem espontaneamente, sem que interessasse averiguar o seu sentido, mesmo admitindo a falsidade dos factos nelas narrados. Duarte Galvão considerou ainda o episódio do «bispo negro» suficientemente credível para o incluir na sua *Crónica del-rei D. Afonso Henriques*<sup>8</sup>. Mas em 1726 pareceu à Inquisição que os capítulos 21 a 24 da mesma *Crónica*, que reproduziam, em grande parte, o texto da *Gesta* eram tão escandalosos e tão ofensivos para a autoridade régia que não permitiu que se publicassem<sup>9</sup>. Em 1952, o preconceito historiográfico contra o mesmo episódio era tão grande que o P.<sup>o</sup> António da Silva Tarouca, ao preparar para a Academia da História a sua edição crítica da *Crónica de 1419*, relegou para apêndice os capítulos 15 a 18, considerando-os apócrifos, apesar de estarem contidos nos vários manuscritos que a reproduzem, e em Duarte Galvão, que a utilizou como fonte principal<sup>10</sup>.

Com efeito, a historiografia «oficial» difundiu apenas uma dessas correntes narrativas, sob formas mais ou menos exaltadas, mas sempre altamente elogiosas, iluminando ora a faceta da santidade e de instrumento da providência divina do nosso

---

<sup>8</sup> Monica Blöcker-Walter, *Alfons I von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der portugiesischen Unanbängigkeit*, Zürich, Fretz und Wasmuth, 1966, p. 135, nota 38.

<sup>10</sup> *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*, ed. crítica por Carlos da Silva Tarouca, I, Lisboa, Academia da História, 1952, pp. 285-290; cf. p. 49 nota 131. Cf. Monica Blöcker-Walter (o.c. supra na nota 9) p. 100, nota 38.

primeiro rei ora a faceta do guerreiro ousado e indomável ou do prudente estrategista, ora a sua capacidade de hábil político ou de genial herói. Até hoje, como vimos. Basta, para isso, percorrer os textos de Duarte Nunes de Leão, de Fr. Bernardo de Brito, de Fr. António Brandão, de Pinheiro Chagas, de Fortunato de Almeida, de Alfredo Pimenta, de Artur Botelho da Costa Veiga, de Damião Peres, além dos autores acima citados e de muitos outros não menos respeitáveis, e examinar os compêndios de História do ensino secundário desde 1895 até aos anos 60, ou as obras de divulgação, para verificar, como fez Sérgio Campos Matos, a vigorosa persistência de uma «narrativa canónica» baseada no modelo de Herculano e quase invariavelmente transmitida como expressão do imaginário nacional<sup>11</sup>.

### O Instrumento de Deus

A tradição do fundador movido pela mão de Deus nasceu cedo. Encontra-se pela primeira vez sob uma forma já elaborada e ampla nos *Annales domni Alfonsi portugallensium regis*, que um cônego regrante de Santa Cruz de Coimbra redigiu pelos anos 1185-1195, ampliando um texto analítico precedente, mais seco, perdido, mas de que se conhecem em resumo as notícias anteriores a 1169, isto é aquele conjunto a que Pierre David chamou *Annales Portucalesnes veteres*, cujo testemunho mais importante é a chamada *Cronica Gothorum*<sup>12</sup>.

Ao mostrar que ele não era apenas um guerreiro vitorioso, mas um verdadeiro instrumento de Deus, o autor apelava para a confiança na protecção sobrenatural e para a necessidade de continuar a obra por ele encetada. Por isso acumula uma impressionante quantidade de epítetos com que define as dimensões heróicas do nosso primeiro rei: «gigante», «leão rugidor», «varão ínclito», «valoroso nas armas», «erudito na palavra», «prudentíssimo nas obras», «de engenho perspicaz», «belo de corpo», «desejável ao olhar», «profundamente fiel à religião católica» (*Totus in fide catholicus*), «benévolo e devoto para com os ministros do culto»<sup>13</sup>. Todas estas qualidades tornaram-no merecedor de ser escolhido por Deus para dilatar as fronteiras cristãs e de ser constantemente ajudado pela clemência divina para levar a bom termo as suas empresas<sup>14</sup>.

Na época em que o texto foi escrito era indispensável restaurar a confiança dos portugueses no filho do rei derrotado de Badajoz (1169), daquele que desde então

<sup>11</sup> Sérgio Campos Matos, *História, mitologia, imaginário nacional. A História no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 135-137. Este autor trata apenas do período anterior a 1939, mas o panorama não se alterou muito nos anos seguintes, como mostram, de resto, as citações reproduzidas mais acima.

<sup>12</sup> Pierre David *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*, Lisboa-Paris, 1947, pp. 289, 306-311.

<sup>13</sup> *Annales domni Alfonsi portugallensium regis* (ed. Monica Blöcker-Walter, cit. na nota 9) p. 151.

<sup>14</sup> *Ibid.*, pp. 150-151.

tinha de andar numa carreta por não poder mais montar a cavalo à frente dos seus guerreiros. Desde 1184 que se esperava com terror a grande ameaça almóade, que comprometia o progresso das armas cristãs nas décadas anteriores. Repetidamente, em 1184, 1190 e 1191, tinham vindo até Santarém, Torres Novas, Tomar e Almada dois emires de Marrocos, em pessoa, Abu Yaqub Yusuf I e Abu Yusuf Yaqub al-Mansur. Espalharam a desolação e a morte nas campinas ribatejanas e mesmo na margem norte do Tejo, em muitos lugares da Estremadura, enquanto o grosso das tropas cercava as principais cidades portuguesas da linha do Tejo<sup>15</sup>. Tinham-se apoderado de todas as grandes praças portuguesas para sul do mesmo rio, excepto Évora, reduzindo a nada o temerário esforço de Sancho I, que, enquanto príncipe, havia chegado com seus homens às portas de Sevilha e que tinha conseguido conquistar a longínqua e bem defendida cidade de Silves.

Era, pois, necessário renovar a fé dos cristãos, persuadi-los de que Deus não abandona assim o seu povo e que era agora a ocasião de reunir forças para resistir a eventuais novos ataques e recuperar as terras perdidas. Tinha sido o próprio Deus que escolhera o primeiro rei de Portugal e que dirigira os seus passos. Os seus vassallos deviam, pois, confiar na chefia do seu sucessor, mesmo que os tempos fossem duros. O filho do rei que havia morrido há pouco não podia ser abandonado por Deus. Só ele podia continuar a obra empreendida por seu pai. A demonstração acerca da protecção divina sobre Afonso Henriques, feita através da memória das suas vitórias sobre os inimigos da cristandade, constituía, sem dúvida, um encorajamento para o povo de Coimbra, que, durante a segunda invasão, não esteve muito longe das cenas de carnificina que haviam vitimado, segundo parece, a comunidade de Alcobaça e que, por isso, se preparou para resistir a um eventual cerco<sup>16</sup>. O povo tinha de confiar no rei Sancho, filho de Afonso Henriques. Pode-se imaginar que o texto incompleto destes *Annales*, interrompidos abruptamente antes de terminarem a notícia da invasão de Abu Yaqub, quando iam, decerto, relatar o seu falecimento durante a viagem de regresso a Sevilha, depois de mortalmente ferido às portas de Santarém, deveriam, talvez, continuar com a notícia da conquista de Silves e com a das duas invasões de 1190 e de 1191. Talvez tivesse sido interrompido, justamente em virtude do terror incutido pela primeira destas expedições.

De qualquer maneira, não admira o teor do texto e o seu intuito laudatório. Os acontecimentos recentes justificavam-no perfeitamente. Mas é preciso não esquecer também que Santa Cruz de Coimbra era o mosteiro fundado por Afonso Henriques e como que o santuário a quem ele confiava a função simbólica de garantir, aos olhos

---

<sup>15</sup> Ambrosio Huici Miranda, «Los Almohadas en Portugal», in *Anais* (da Academia Portuguesa da História), 2ª série, 5 (1954), pp. 9-51; Id., «Las campañas de Yaqub al-Mansur en 1190 y 1191», *ibid.*, pp. 53-74.

<sup>16</sup> Rui de Azevedo «Coimbra sob ameaça de assédio na invasão sarracena de 1190», in *Coimbra. Colectânea de estudos organizada pelo Instituto de Coimbra*, Coimbra, 1943, pp. 179-182.

dos seus súbditos, o sancionamento divino para a sua autoridade. Outros escritos aproximadamente contemporâneos, e também redigidos em Santa Cruz de Coimbra, mostram igualmente uma especial relação com o rei, embora não acentuem da mesma maneira o retrato apologético aqui traçado. Admitindo que estes *Annales* tenham sido começados a escrever pouco depois das exéquias de Afonso Henriques, pode-se pensar também que se destinassem a perpetuar a memória das suas acções mais notáveis, justamente para mostrar que apesar da sua morte a monarquia continuava, que a linhagem se mantinha, e assim exprimir, atribuindo um carácter sagrado à obra de Afonso Henriques, a fé na vitória da vida sobre a morte. O reino por ele fundado continuava, apesar da mudança do rei. Representava, evidentemente, a visão de um clérigo dotado já de uma certa capacidade de abstracção, embora ele exprimissem as suas ideias pela simples narrativa de factos por ele considerados extraordinários e sem explicar as suas concepções acerca da relação entre o poder político e o poder sagrado e acerca da continuidade de ambos.

A imagem positiva de um rei valoroso e firme não ficou só em Portugal. Foi acolhida também noutras nações da Península Ibérica, e, embora sem tomar a dimensão sobrenatural, passou a orientar a historiografia peninsular anterior a Afonso X, o *Sábio*. Apesar da concisão dos textos é o que se depreende da maneira como Afonso Henriques é apresentado por Lucas de Tuy e por Rodrigo de Toledo. O primeiro diz no *Chronicon mundi*:

Este rei de Portugal, Afonso, foi filho do conde Henrique e de Teresa, filha do rei Afonso. O dito Afonso, filho do conde Henrique, fez-se chamar a si rei de Portugal. Como foi combativo a valoroso nas armas, ampliou a sua terra, quer povoando-a de novo, quer matando os Sarracenos<sup>17</sup>.

E o segundo, no livro VII do *De rebus Hispaniae*:

Este Afonso foi valoroso e persistente nas suas acções. Este foi o primeiro rei que em Portugal se impôs a si mesmo o nome de rei, pois seu pai era conde, e ele próprio era chamado *dux*. Conseguiu do papa Eugénio III, a quem entregou o seu reino como tributário, muitos privilégios e indulgências<sup>18</sup>.

Esta imagem permanece ainda, e até com uma carga positiva mais forte, embora também sem a conotação sobrenatural, na *Primera Crónica General de España* de Afonso X, o *Sábio*<sup>19</sup> e através dela serviu de base para uma espécie de primeira versão da «narrativa canónica», de que falámos mais acima.

<sup>17</sup> Texto traduzido por A. de Magalhães Basto (ed.), *Crónica de cinco reis de Portugal*, Porto, 1945, p. 362.

<sup>18</sup> Rodrigo Ximénez de Rada, *Opera*, Valência, 1968 (reprodução anastática da edição de 1793), p. 153.

<sup>19</sup> *Primera Cronica General de España* (ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid, Gredos, 1977, cap. 970, p. 652.

## O Chefe do Bando Guerreiro

Esta imagem não coincide facilmente com a apresentada pelo texto a que António José Saraiva chamou *Gesta de Afonso Henriques*, cuja originalidade, época, procedência e coerência foram por ele demonstradas em 1979<sup>20</sup> e cujas conclusões foram expressamente aceites em várias ocasiões por L. F. Lindley Cintra, nomeadamente num artigo publicado dez anos mais tarde<sup>21</sup>. Antes destes dois autores, a maioria dos medievalistas portugueses consideravam a narrativa apócrifa e tardia, pelo menos num dos seus episódios mais importantes, a violência cometida contra o legado papal e a nomeação do «bispo negro»; o resto do texto não teria praticamente nenhum interesse histórico<sup>22</sup>. Estranhamente, nenhum medievalista português antes deles teve o cuidado de procurar uma explicação cabal para a sua origem, para as razões da sua preservação ou para o sentido que o seu autor lhe quis dar.

Ora, depois da análise de António José Saraiva e da contribuição de Lindley Cintra não se pode mais ignorar a sua importância. Aquele autor considerou a versão que até nós chegou como a prosificação de um texto poético de carácter jogralesco que constituía uma apologia de Afonso Henriques «e até uma defesa moral e jurídica da sua posição de rei de Portugal»<sup>23</sup>. A sua versão primitiva seria originária de Coimbra e dataria de pouco depois do desastre de Badajoz, que é de facto o seu último episódio. Destinar-se-ia, portanto, a explicar o infortúnio do rei e a recordar os seus feitos.

A datação de uma hipotética versão primitiva tão próxima do desastre de Badajoz, levanta bastantes objecções. Parece-me, todavia, que o seu teor exprime uma certa memória de grupo. Tendo esta ideia em conta, aquele grupo que poderia ter procurado perpetuar essa memória é o bando dos cavaleiros de Coimbra, que aparecem constantemente na cidade como um grupo coeso desde o princípio do século XII e que foi certamente o que constituiu o núcleo do exército de Afonso Henriques<sup>24</sup>. Este grupo existia ainda no fim do século XII, ou seja na mesma cidade e época, em que, por essa altura, o cónego de Santa Cruz escrevia em latim

<sup>20</sup> António José Saraiva, *A épica medieval portuguesa*, Lisboa, ICALP, 1979.

<sup>21</sup> L.F. Lindley Cintra, Introdução à *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, Academia da História, 1951, pp. 361-370; Id., «A lenda de Afonso I, rei de Portugal (origens e evolução)», in *ICALP Revista*, nº 16-17 (1989), pp. 64-78.

<sup>22</sup> Como se sabe, Alexandre Herculano transformou esta «estória» numa das suas *Lendas e Narrativas*, mas não a mencionou sequer na sua *História de Portugal*. Atribuiu-lhe, portanto, um carácter de ficção. O possível fundamento real do episódio foi tratado com todo o rigor por Monica Blöcker-Walter (*o.c.* supra na nota 9), pp. 134-145, procurando sobretudo compará-lo com a notícia dada pela *Chronica* de Rogerio de Hoveden acerca de uma desavença de Afonso Henriques com o legado papal Jacinto.

<sup>23</sup> António José Saraiva, *o.c.* (supra, nota 20), p. 71.

<sup>24</sup> Cf. José Mattoso, *Ricos-homens, infanções e cavaleiros*, Lisboa, Guimarães Ed. 2ª ed., 1985, pp. 181-207; Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, *Livro Santo de Santa Cruz. Certulário do século XII*, Coimbra, INIC, 1990, pp. 9-36, 45-60.

os *Annales domni Alfonsi*. De facto, a *Gesta*, chamemos-lhe assim, é certamente produto da inspiração poética leiga para imitar a épica castelhana, com o intuito de exaltar a figura do chefe militar, de explicar os seus reveses e de mostrar que os seus excessos eram temperados pelo grupo dos seus fiéis vassalos. De facto, o herói não é aqui um modelo absoluto, não é de modo algum tocado pelo sobrenatural; é um homem sujeito a cóleras excessivas e a derrotas humilhantes, uma espécie de herói capaz de extraordinárias vitórias mas também sujeito a um destino trágico por causa de uma maldição primordial.

Aqui nada se encontra, pois, de parecido com a perspectiva clerical dos *Annales domni Alfonsi*. Afonso Henriques tinha obrigações para com os nobres e as comunidades concelhias e devia cumpri-las sob pena de subverter a ordem estabelecida<sup>25</sup>; escapou, em S. Mamede, a uma humilhante derrota, não por seus próprios méritos mas em virtude do auxílio que no último momento lhe trouxe um nobre, Soeiro Mendes<sup>26</sup>. Segundo este texto, não devia absolutamente nada ao clero e não hesitava em tratar brutalmente o legado do papa; arrogava-se o direito de nomear ele próprio um bispo, sem consultar nenhuma autoridade eclesiástica e sem se preocupar com a sua cor negra (referência provável, mas já obscurecida por um conhecimento vago da questão, à sua origem moçárabe). O mesmo texto procura explicar a sua derrota por ele ter cometido uma espécie de infracção sacrílega ao agredir a sua própria mãe, o que é apresentado muito mais como o comportamento do herói que ousa sair fora dos caminhos convencionais comuns a todos os homens do que propriamente como castigo de uma acção moralmente reprovável.

O texto parece estar incompleto. António José Saraiva admite, provavelmente com razão, que relatasse com algum pormenor a batalha de Ourique, resumida em breves palavras na versão que hoje possuímos e omitida pelos clérigos que no século XIV copiaram a versão já escrita. É possível que lhes parecesse um relato demasiado diferente do que era dado pelos escritos latinos do género dos *Annales*. Mas já então se relacionava a batalha com o escudo heráldico do rei, onde figuravam as cinco quinas; e depois houve a batalha nos campos de Ourique e venceu-a.

E de ali em diante se chamou el-rei D. Afonso de Portugal e entom tomou por armas as cinco quinas<sup>27</sup>.

De qualquer maneira, para os cavaleiros que tinham sucedido ao bando outrora comandado pelo rei, era evidentemente muito mais exaltante sublinhar as suas capacidades militares, o seu aspecto humano, os seus excessos e a sua rude independência para com os poderes clericais do que sobre-humanas virtudes morais que não lhe conheciam e uma submissão ao clero que não podiam aceitar.

<sup>25</sup> António José Saraiva, *o.c.* (supra nota 10), p. 30.

<sup>26</sup> *Ibid.*, pp. 34-36.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 38.

É curioso comparar a *Gesta* com o *Relato da conquista de Santarém*<sup>28</sup>, um texto latino ainda da mesma época, redigido na primeira pessoa e em nome do rei, e do qual resulta uma imagem que se aproxima, tirando os excessos, da fornecida por aquela. Ao chamar os seus companheiros *comilitones mei*, ele aparece como verdadeiro chefe de um bando de cavaleiros e mesmo como um camarada. O relato representa, certamente, a memória pelo menos de um dos antigos combatentes que professaram em Santa Cruz de Coimbra e que recordavam também as virtudes militares do seu chefe em termos mais moderados do que os do hipotético jogral autor da *Gesta*, intérprete dos camaradas que haviam ficado no mundo e insistindo mais nas suas vitórias do que nas suas trágicas derrotas<sup>29</sup>.

Tal como a primeira imagem de Afonso Henriques, também esta não de difundiu apenas em Portugal. Surpreendentemente, encontramos dela um ligeiro eco em Inglaterra no princípio do século XIII, ou seja aproximadamente pelos anos em que o poema jogralesco devia correr também em Portugal. Aparece na conhecida *Chronica* de Rogério de Hoveden, redigida durante os primeiros anos do século XIII. Diz ele, a seguir a uma notícia relativa ao ano de 1187:

Nesse mesmo ano o cardeal Jacinto então legado papal para toda a Hispânia, depôs muitos abades, quer por causa dos seus méritos quer pelo seu comportamento temerário. Querendo também destituir o bispo de Coimbra, Afonso, rei de Portugal, não permitiu que ele o destituísse. Pelo contrário, mandou que o dito cardeal abandonasse a sua terra imediatamente, porque de contrário cortar-lhe-ia um pé. Ouvindo isto, esse legado regressou imediatamente a Roma, e o bispo de Coimbra ficou com a sua diocese em paz<sup>30</sup>.

O cronista continua então o seu texto enumerando as principais conquistas de Afonso Henriques e termina-o com uma narrativa relativamente pormenorizada do desastre de Badajoz, embora situando-o em Silves, por evidente confusão com a recente conquista desta cidade por Sancho I. Não é menos curioso que esta «estória» inclua alguns pormenores significativos, que existem também na *Gesta*, como seja o de o rei ter batido com a perna no ferrolho da porta da cidade e ter sido depois preso pelo rei Fernando II. É evidente o equívoco do ano ou do nome do legado papal, pois em 1187 já Afonso Henriques tinha morrido. Trata-se, porém, de um importante testemunho da narrativa dos feitos do primeiro rei de Portugal, dando dele uma imagem mais próxima do retrato traçado pelos cavaleiros de Coimbra do que do composto pelos cónegos regantes de Santa Cruz.

---

<sup>28</sup> *De expugnatione Scalabis*, in *Portugaliae monumenta historica, Scriptores*, I, Lisboa, Academia das Ciências, pp. 93-95.

<sup>29</sup> José Mattoso, *o.c.* (supra, nota 24), pp. 187-188, 205-206.

<sup>30</sup> *Chronica magistri Rogeri de Hovedene* (ed. William Stubbs), *Rerum Britannicarum medii aevi scriptores*, II, Londres, 1871, p. 333-334.

## O Rival dos Senhores Feudais

Se o contraste entre os *Annales domni Alfonsi portugallensium regis* e a *Gesta de Afonso Henriques* é grande, não é menor quando ambos se comparam com a imagem que resulta das tradições conservadas por algumas famílias da nobreza senhorial e transmitidas ainda hoje pelos livros de linhagens. Quero-me referir sobretudo a duas anedotas que têm algo de semelhante entre si. Numa, o rei é censurado asperamente pelo seu mordomo-mor, D. Gonçalo de Sousa, por lhe tentar seduzir a mulher na sua própria casa. D. Gonçalo surpreende-os, manda-lhe rapar o cabelo e envia-a para a terra dela na presença do rei, a cavalo num sendeiro tocado pelos moços da casa e sob as chufas e impropérios dos criados. O rei protesta timidamente, invocando o castigo infligido a sete condes por um adiantado de seu avô, o rei Afonso VI, de Leão, mas isso apenas lhe vale uma ameaça violenta do mordomo, que evoca também o assassinato do mesmo vassalo. A anedota não conta mais nada. Mas é evidente que a resposta fica impune. O rei não ousa ripostar perante a ameaça de D. Gonçalo<sup>31</sup>.

Na outra anedota o rei é apresentado a comer em Coimbra, portanto provavelmente na corte. Entre os comensais estão, além dele, Sancho Nunes de Barbosa, que era casado com D. Teresa Afonso, segundo o texto filha do rei (segundo os documentos da época sua irmã Sancha Henriques), D. Gonçalo de Sousa e D. Fernão Mendes, o violento e colérico senhor de Bragança. Começam a fazer troça do braganção por lhe cair a nata pela barba. Furioso, ele rompe com o rei e com D. Gonçalo de Sousa, até que Afonso Henriques, atemorizado, sem dúvida, pelas suas ameaças, transfere para ele as terras de que o mordomo-mor era governador, e, caso ainda mais extraordinário, obriga a sua filha a abandonar Sancho Nunes para casar com o ofendido. Afonso Henriques aparece, portanto, como um chefe impotente e passivo, não só incapaz de castigar a cólera excessiva de um fidalgo de província mas de tal modo fraco que cede às suas exigências mais humilhantes<sup>32</sup>.

Estas duas anedotas lembram um passo da *Gesta*, aquele em que Afonso Henriques foge, derrotado e humilhado, depois de um primeiro embate com o seu padastro, Fernão Peres de Trava, e encontra Soeiro Mendes, seu aio, que o vinha auxiliar. O fidalgo pergunta-lhe, em tom autoritário, e evocando a sua dupla qualidade de aio e de vassalo: «como vindes assim, criado e senhor?». Confessando o infante a sua derrota, disse-lhe Soeiro Mendes, exprimindo autoritariamente a sua censura:

<sup>31</sup> *Livro de linhagens do conde D. Pedro* (ed. José Mattoso, *Portugaliae monumenta historica. Nova série*, II), Lisboa, Academia das Ciências, 1980, pp. 268-269. Existe outra versão deste episódio no *Livro Velho de linhagens* (ed. J. Piel e José Mattoso, *ibid.*, 1980), pp. 27-28.

<sup>32</sup> *Livro de linhagens do conde D. Pedro* (ed. cit. na nota anterior), pp. 436-437. Esta «estória» é também mencionada no *Livro de linhagens do Deão* (ed. J. Piel e José Mattoso, *ibid.*, 1980), pp. 161-162.

Nom fizestes siso que à batalha fostes sem mim. Mais tornade-vos comigo e prenderemos vosso padraсто e vossa madre co'ele<sup>33</sup>.

Segundo o autor da *Gesta*, a vitória de S. Mamede não pertence, portanto, ao infante mas a Soeiro Mendes.

Também se pode evocar outra tradição, transmitida igualmente pelos livros de linhagens, que se faziam eco, sem dúvida de narrativas correntes entre as famílias nobres do Norte de Portugal que descendiam da alta nobreza galega. Segundo ela, a mãe do infante, D. Teresa, teria, depois de enviuvado do conde D. Henrique, casado com Bermudo Peres de Trava, e a seguir cedido ao rapto de seu irmão, Fernão Peres, que para isso abandonou sua mulher, e ambos teriam vivido juntos até ela morrer. Culpada, assim, de incesto, teria depois levado a sua ignomínia até ao ponto de deixar Bermudo casar com a sua própria filha, juntando assim outro incesto ao primeiro<sup>34</sup>. Tal seria a mãe do primeiro rei de Portugal. O filho não podia ser muito melhor.

Pouco importa se estas anedotas têm algum fundo verídico. O que elas significam é perfeitamente claro: para o fim do século XII e princípios do seguinte, várias das famílias mais antigas e mais poderosas do Norte de Portugal, descendentes desses personagens (que são perfeitamente históricos), não viam o rei com bons olhos e contavam a respeito dele e de sua mãe as histórias mais infamantes, para mostrarem que os seus antepassados eram muito capazes de competirem ou rivalizarem com Afonso Henriques. O que, evidentemente, contrasta com a atitude dos cavaleiros de Coimbra, que se solidarizavam com ele, apesar de recordarem os seus excessos e derrotas e gostavam de recordar a sua severidade para com o clero.

Mais curioso ainda é o facto de esta terceira imagem de Afonso Henriques ser também conhecida bem longe de Portugal, na longínqua Inglaterra. Veja-se, com efeito, uma das narrativas fixadas por Walter Map na sua célebre e estranha obra intitulada *De nugis curialium*, por sinal num dos primeiros capítulos, e um dos «exemplos» do que constitui o principal argumento de toda a obra, isto é que a corte dos reis se parece com o Inferno. Omitindo alguns passos de um texto excessivamente abundante em adjectivos e comentários marginais, eis o essencial do capítulo intitulado *De rege Portigalensi*:

O rei de Portugal, que ainda vive e que reina na plenitude dos seus poderes, tendo sido assaltado por um grande número de inimigos e quase obrigado à submissão, foi socorrido por um jovem de corpo atraente e de belo aspecto, que, pondo-se ao seu lado, se mostrou tão valoroso que as suas empresas não pareciam ser possíveis a um só homem. Este restabeleceu a paz, tal como o rei e os seus súbditos desejavam, e tendo criado com o rei uma justa familiaridade,

<sup>33</sup> António José Saraiva, *o.c.* (supra, nota 20), p. 36.

<sup>34</sup> *Livro de linhagens do conde D. Pedro* (ed. cit. supra, nota 31), pp. 175-176.

foi por ele tratado com consideração — ficava ao pé dele, ia ter com ele frequentemente, dava-lhe muitos presentes [...]

Mas os magnates da corte, sentindo-se menos honrados pelo seu senhor do que de costume, pensavam que tinha sido o jovem que o tinha persuadido a retirar-lhes o favor, e quanto mais o viam a ele crescer no affecto do soberano tanto mais sofriam de que o rei lhes tivesse retirado o seu; então, insensatos e furiosos de inveja, procuraram com grande empenho a maneira de desacreditar insidiosamente aquele que por excepcional valor tinha obtido tão alta consideração. [...] Procuraram o pior tipo de perseguição e atacaram o seu senhor pelo lado que sabiam indefeso e exposto. Sabiam que o seu ponto fraco era o dos seus insensatos ciúmes, e mandaram-lhe dois deles que, como os dois anciãos de Babilónia com Susana, acusaram a rainha inocente de ter cometido adultério com o jovem. O rei, ferido no coração num ponto em que não estava protegido pelo escudo da sabedoria, sofreu uma agonia de morte, e com cega precipitação, ordenou aos próprios autores da acusação que punissem o inocente sem piedade e em segredo [...]

Os traidores, a fim de esconderem o crime, procuraram comportar-se com o jovem [...] com todos os sinais da benevolência e conseguiram conquistar progressivamente a sua simpatia com falsos gestos de amizade. Pretextando uma partida de caça, levaram-no à parte mais escondida do bosque e ao ponto mais inacessível de um lugar desabitado; aí enganaram-no e abandonaram-no aos lobos e às serpentes, e só deram a conhecer o facto àquele que, enganado, o tinha ordenado. Ele, então, não tendo ainda esquecido a cólera, corre a casa, irrompe no quarto da cama, lugar que não conhecia e não frequentava, expulsa os que aí estavam e atira-se furioso sobre a rainha que tinha ficado sozinha, grávida e já perto do parto, e cobrindo-a de socos e pontapés, perpetra de uma só vez dois homicídios.

Tendo então convocado em particular os odiosos cúmplices da sua má acção, começou a gabar-se e vangloriar-se do seu tríplice delito, como se tivesse procedido a uma justa vingança. Eles adularam-no com grandes louvores, como a um homem corajoso e forte, para manterem na estultícia o que tinham feito estulto.

A insídia não se descobriu até que começou a ser contada; mas, sendo certo, como se diz, que um crime secreto não se pode esconder durante muito tempo, acabou por chegar aos ouvidos do povo, e quanto mais baixas eram as vozes por medo do tirano, tanto mais inaceitável se achava a infâmia referida em contínuos murmúrios [...] Quando o rei notou a corte sombria e em insólito silêncio, e a cidade, sempre que saía, tão hostil como a corte, instintivamente receoso da sua fama, deu-se conta do erro cometido quando já era demasiado tarde. Foi informado por muitos da inveja que tinha seduzido os seus traidores e sofreu por isso inconsolavelmente. Então, vingou-se com uma ira finalmente

justa daqueles que tinham concebido e executado o criminoso plano, e, depois de os ter cegado e castrado, condenando-os assim à noite perpétua e à abstinência dos prazeres carnavais, abandonou-os a uma vida semelhante à morte<sup>35</sup>.

Esta narrativa extraordinária, escrita pelos anos 1180-1193, pode até ser totalmente fictícia. Mas a sua atribuição ao rei de Portugal<sup>36</sup>, cujos excessos e violências impressionavam tanto os cavaleiros de Coimbra, não é, evidentemente, fortuita. Pelo lado da cólera e da brutalidade aproxima-se do protagonista da *Gesta*. Mas exprime também uma imagem semelhante à que era transmitida pelos fidalgos do Norte de Portugal, isto é de um rei fortemente influenciável pelas intrigas da corte, cujas acções não agradavam a muitos dos seus súbditos e que tomava decisões tão insensatas como dar em casamento a um magnat que o insultava a filha já casada com outro. Qualquer que seja o fundamento histórico desta narrativa, ela transmite a impressão que do rei de Portugal tinham alguns membros da corte inglesa que aí ouviam falar dele. O que importa é que esta impressão não coincidia em nada com a que os cónegos de Santa Cruz deixaram para a posteridade e que apagou todas as outras.

### Três Retratos Contrastantes

Os cónegos regnantes de Santa Cruz de Coimbra, os cavaleiros da mesma cidade e os ricos-homens do Norte não tinham, portanto, a mesma opinião acerca de Afonso Henriques. As suas reacções contrastantes perante o rei eram suficientemente fortes para transporem as fronteiras de Portugal e marcaram os relatos que aí se faziam das suas acções. Os segundos e terceiros estavam longe de partilhar a admiração que os primeiros mostraram, pelas razões que vimos, para com as virtudes religiosas do monarca. Três meios sociais, três imagens diferentes. Indício evidente de que a fundação da nacionalidade ou a política do nosso primeiro rei não obtiveram a unanimidade de opiniões nem o seguimento pressuroso e entusiástico que tantos autores imaginaram ingenuamente, em particular, como vimos, Luís Gonzaga de Azevedo.

Indício, ainda, de que, nas gerações seguintes, imediatamente posteriores à de Afonso Henriques, também não havia um acordo fácil a respeito da sua memória. Prova, finalmente, de que o retrato desenhado pelo notário de Santa Cruz de Coimbra

---

<sup>35</sup> Walter Map, *De nugis curialium*, liv. 1, cap. 12. Usámos a ed. bilingue, com o original e a trad. italiana de Forunata Latella, I, Parma, Pratiche ed., pp. 71-75, que reproduz o texto latino fixado por C.N.L. Brooke e R.A. B. Mynors, Oxford, Clarendon Press, 1983.

<sup>36</sup> Embora o texto de Walter Map não indique o nome do rei, só se pode tratar de Afonso Henriques. Com efeito, foi escrito, segundo os editores, entre 1180 e 1193. Afonso Henriques morreu em 1185. O relato da morte de sua mulher só pode referir-se à rainha D. Mafalda, porque D. Dulce, mulher de Sancho I, morreu em 1198, depois de Map ter terminado a sua crónica.

era tão influenciado pelos esquemas do seu imaginário como o traçado pelos cavaleiros de Coimbra ou o transmitido pelos nobres de Entre Douro e Minho. Afinal cada um deles à sua maneira traçava do primeiro rei de Portugal a imagem que convinha ao seu grupo e que, marcando uma posição face ao monarca, exprimia uma forma de identificação do próprio grupo, ou que, a partir delas, influenciava a imaginação de autores longínquos, mais impressionados pelos aspectos bizarros do que ouviam dizer do que pessoalmente interessados no seu sentido.

Não admira, é claro, que se tenha imposto o primeiro deles, quando desapareceram os grupos que os tinham criado e os iam transmitindo à posteridade e que os estrangeiros também tivessem esquecido os outros. A nação precisava do mito que aquela tradição transmitia para se rever como protegida por Deus através da protecção que Ele concedera ao seu primeiro rei. A monarquia não podia deixar de lhe dar preferência, porque a colocava a si mesma no âmbito do sagrado e, portanto, da permanência para além da morte. Significava que o seu fundador fora suscitado pelo próprio Deus e que transmitira aos seus sucessores uma missão divina.

Passadas as agressões almóadas, outros perigos não menos graves ameaçaram a nação. A vitória sobre os primeiros dava fundada esperança que a ajuda de Deus não faltaria também para defender os portugueses de todas as provas. Todavia, curiosamente, a imagem clerical tardou muito a alcançar a exclusividade. Ainda no princípio do século XV, o cronista oficial da corte, muito provavelmente o próprio Fernão Lopes, narrava na *Crónica de 1419* os feitos do nosso primeiro rei não apenas a partir das memoráveis vitórias enumeradas outrora em Santa Cruz de Coimbra mas também com base na *Gesta*<sup>37</sup>. A ideia do carácter sobrenatural da monarquia aparecia também na mesma crónica. Não tanto, porém, em virtude de um elogio moral do género daquele que o cónego de Santa Cruz produziu mas juntando a uma adaptação da *Gesta* um relato do milagre de Ourique que explicava a origem divina das armas da família real, que depois se tornaram as do reino<sup>38</sup>, e centrando em torno deste episódio a memória nacional acerca de Afonso Henriques.

Assim, quem dava o tom à mentalidade corrente da corte durante o reinado de D. João I eram ainda os nobres e leigos e não os clérigos. O mito de Afonso Henriques tinha ainda uma forte marca profana. O retrato do herói colérico e com um destino trágico seduzia ainda a corte e não parecia indigno aos cortesãos desse tempo que a monarquia tivesse sido fundada por um homem assim. O rei não se tinha ainda apropriado do halo sagrado com que depois se veio a envolver. Os escribas da

---

<sup>37</sup> *Crónica de cinco reis de Portugal* (ed. Artur de Magalhães Basto, Porto, Liv. Civilização, 1945), pp. 73 e segs.; *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal* (ed. cit. supra, nota 10), pp. 287-290.

<sup>38</sup> *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal* (ed. cit., supra, nota 10), pp. 38-53. Sobre as origens da lenda de Ourique, ver L. F. Lindley Cintra, «Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à crónica de 1419)», in *Miscelânea de estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1957, pp. 168-215.

chancelaria constituíam, sem dúvida, o grupo pensante, mas a sua linguagem era menos acessível que a dos trovadores e jograis e demasiado subordinada aos seus pontos de vista. Os juristas não tinham ainda notado que o retrato resultante das acções contadas na *Gesta* não era muito conforme com o ideal de monarca que eles tinham começado a impor na prática desde o século XIII. Assim continuou a ser, segundo parece até ao reinado de D. Manuel, visto que Duarte Galvão ainda transmite as duas imagens de Afonso Henriques. Seria preciso que as funções de cronista-mor fossem entregues aos monges de Alcobaça, já no princípio do século XVII, para que, finalmente, o retrato clerical de Afonso Henriques se impusesse como o único verdadeiro e apagasse os que os outros grupos sociais dele tinham traçado quatro séculos antes. O mais impressionante é que ele se tenha mantido até hoje como o único conhecido e que fosse dotado por sábios investigadores e eruditos académicos de todos os caracteres da veracidade científica. Isto não teria sido possível se não se tivesse tornado um dos mitos que têm por função primordial sustentar a identidade nacional.